

## NOS 97 ANOS DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS

Mozart Soriano Aderaldo

Quatro eventos assinalam a ascensão do ensino das ciências e letras no Ceará — a criação do Liceu, em 1845, a abertura do Seminário da Prainha, em 1864, a fundação da Faculdade de Direito, em 1903, e a instalação da Universidade Federal do Ceará, em 1955.

Do Liceu já muitos trataram, sendo desnecessário recordar o seu primeiro passo, seguro passo, dado por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, futuro Senador do Império e tronco de ilustre progênie, dentre cujos rebentos avulta um neto, que lhe herdou também o nome, o sábio e santo homem que foi Thomaz Pompeu Sobrinho. No Liceu estudei na terceira década deste século e sobre ele escrevi, com a pena embebida no néctar da saudade. Com efeito, — assim se manifestou o historiógrafo Raimundo Girão — em conformidade com os seus orgulhosos gestos, o Liceu estruturou-se sabiamente, e em breve representaria só um fator de concentração daquilo que de melhor existia na Província, vagava disperso, referentemente ao saber humanístico e às cogitações filosóficas e científicas, mas também um foco de atração à juventude que, na capital e no interior, estagnava em pernicioso remanso, à falta da correnteza que a conduzisse ao largo mar do aprendizado integral. Congregando homens cultos. Pompeu amalgamou a cultura, dando-lhe consistência. Não obstante, — que tristeza revelar! — alguém já houve, anos passados, que propusesse a mudança do nome da rua do Senador Pompeu, então da Amélia quando o ilustre cearense nela morava, para outro qualquer, de significação meramente passageira. À exemplo do que realmente ocorreu com a troca do nome do maior poeta cearense, o imenso José Albano, para o do falecido genitor de proprietário de posto de gasolina existente nas imediações, insanidade essa que não sei se ainda persiste. O contrário seria realizado, sem dúvida, mas o que se tentou fazer, em um caso, e o que se fez no outro é ignóbil.

O segundo passo na evolução dos conhecimentos humanísticos em nossa terra foi dado quando o primeiro Bispo do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos (que terminaria seus dias como Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil e mereceria do Imperador o honrosíssimo título de Marquês do Monte Pascoal) abriu à juventude conterrânea o Seminário da Prainha, que funcionaria por mais de um século e que

os ventos pós-conciliares terminariam por desativar. Ao lado de seu primordial papel, qual fosse o de formar espíritos morais e culturalmente os futuros sacerdotes, muito concorreu ainda para a educação de leigos que se projetaram, no século, como expoentes culturais de nossa terra. A essa sua dupla missão, que alguns, veementemente, entendem como justificadora de seu fechamento, muito deve o Ceará e o Brasil. A legião de quantos, aqui fora, trabalham e produzem com base na formação moral e intelectual haurida no casarão da Prainha, hoje rebaixado a mera sede de repartições burocráticas da Cúria, justifica plenamente suas profícuas atividades mais do que seculares. Dele dá-nos autorizado testemunho Francisco Alves de Andrade, para quem o Seminário da Prainha “era, como internato, o nosso melhor estabelecimento de educação. A suas portas vinham bater jovens de todos os quadrantes do Ceará, filhos das principais famílias que habitavam fazendas ou vilarejos dos sertões longínquos, cidades e serras. A carreira eclesiástica tinha maior influência e poder. Todavia, o objetivo sacerdotal colhia uma ínfima parcela da comunidade. A maior parte saía do Seminário para as atividades econômicas ou profissões. De um levantamento que objetivamos em pesquisa, passaram pelo Seminário de Fortaleza, na centúria de 1864 a 1964, 4.100 alunos, dos quais apenas 17% aproximadamente ordenaram-se padres, num total de 677, sendo 510 procedentes do Ceará. A maior parte, 83%, destinaram-se ao universo de atividades leigas no engrandecimento do país”. E isto — enfatizado agora fique — longe de constituir um mal que justificasse o fechamento do secular instituto, mais exigiria o seu pleno e benéfico funcionamento. Quando, no desempenho da honrosa função de Coordenador da Assessoria Técnica do primeiro Governo do Coronel Virgílio Távora, sugeri a concessão da Medalha da Abolição ao vetusto Seminário da Prainha, prontamente aprovada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não me seria possível presentir que, logo após a grande homenagem do poder público, passaria eu pelo desgosto imenso de assistir a sua desativação.

Teríamos, como terceira peça de nossa marcha ascensional no campo da cultura, a fundação da Faculdade de Direito. A história registra, vez por outra com acendrada paixão, os fatos, muitos deles lamentáveis, ocorridos nos anos da oligarquia Accioly. No momento, cumpre-me assinalar o imenso benefício que resultou da iniciativa de outro Pompeu, filho do Senador e com o mesmo nome de seu ilustre pai. Cunhado do Comendador Accioly, o Dr. Thomaz Pompeu pode exigir do incontestável líder político cearense a fundação da Faculdade

de Direito, progresso esse que a oposição, como lamentavelmente pode acontecer, não apoiou e virulentamente combateu antes, durante e até alguns anos depois, após a queda da velha oligarquia estadual. Necessário seria que um dos mais ferrenhos adversários de Accioly, o panificador Emilio Sá, numa demonstração enternecedora de que acima de tudo há-de prevalecer o bem comum, se opusesse ao esdrúxulo projeto da extinção do benemérito estabelecimento de ensino superior criado por Accioly. “Quando ele caiu — explicou numa entrevista ao jornalista e professor Perboyre e Silva — entendi que devia desaparecer o que não prestava, deixado por sua política, mas que se conservasse o que ele houvesse feito de bom, e a Academia foi a melhor coisa que ele deixou”. Igual oposição, aliás, se repetiria muitos anos depois, quando da organização da Escola de Administração do Ceará, sem nenhuma explicação plausível para essa resistência a uma feliz idéia que tantos benefícios vem causando à juventude e ao mundo administrativo e empresarial de nossa terra. Mister seria que alguém, versado em psicologia e sociologia, estudasse e explicasse melhor essa predisposição do cearense para resistir e opor-se às idéias inovadoras. Interessante é que, sobre ser refratário a inovações em sua terra, o cearense revela-se criador em outras paragens, como se acha devidamente assinalado por Parsifal Barroso, um dos homenageados desta noite: “A unidade brasileira muito deve ao cearense”. De fato, “caberia ao Ceará a patriótica missão de produzir e fornecer ao Brasil seus melhores elementos, para o alargamento e o progresso contínuos de sua fronteira interna”. E o pior é que, “se é verdade que o Brasil sempre necessitou da cooperação civilizadora do cearense, infelizmente jamais fomos compensados na medida das necessidades que de há muito deveriam ter sido atendidas pelo Governo Federal”.

Finalmente, lembrado seja o papel de nosso quarto e último marco da evolução do ensino no Ceará. A criação da Universidade Federal foi obra da comunidade, surpreendentemente interessada, dessa feita, pela feliz iniciativa de Martins Filho. Seria inútil e flagrante injustiça, além de inócua atitude, todavia, não ressaltar o gigantesco trabalho desse ilustre filho do Cariri, que arregimentou correligionários para a idéia, tornou-se caixeiro viajante da promoção, gastou grande parte de sua quase inesgotável capacidade de trabalho e logrou vencer a resistência de um dos mais prestigiosos intelectuais brasileiros, o sociólogo Gilberto Freyre, para quem as Universidades deveriam ser regionais e a do Nordeste sediar-se-ia no Recife, embora com rami-

ficações pelos demais Estados nordestinos. Apesar de tudo, ei-la vitoriosa, comemorando a nossa Universidade Federal seu primeiro quarto século no corrente ano!

Se assim ocorreu no campo da instrução secundária e superior, temos a registrar, paralelamente, o que sucedeu no mundo propriamente cultural.

Pondo à margem o que apenas à História interessa, pois repercussões mais profundas não deixaram alguns movimentos do início e do meio do século XIX, salientado seja agora que dois eventos aqui perduram, através dos anos, numa persistência comovedora e salutar: a fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em 1887, e da Academia Cearense de Letras, em 1894.

Do primeiro, bastante será que assinalado fique sua religiosa ininterruptão, através de 104 anos de profícua atividade em prol do conhecimento mais profundo do Ceará e de sua gente, a ponto de Capistrano de Abreu, com sua indiscutida autoridade, enfaticamente proclamar que, das Províncias do Brasil, o Ceará é a que tem sua história mais pesquisada e conhecida. Graças, em maior parte, ao Instituto do Ceará, através de seus sócios, dentre cujos vale nomear o Barão de Studart, Paulino Nogueira, Antônio Bezerra e Pompeu Sobrinho, para falar apenas nos mortos. Sua preciosa Revista, com 91 volumes regulares e 5 outros especiais, e sua exaustiva História do Ceará, com cerca de 12 tomos, publicados, dentre os quase 30 programados, bem atestam o trabalho silencioso mais inestimável do velho sodalício.

A segunda das associações referidas, e das mais importantes entre todas elas, é a nossa Academia Cearense de Letras, fundada precisamente no dia de Nossa Senhora da Assunção, excelsa padroeira da cidade, há 97 anos. Sofrendo algumas vicissitudes no defluir de suajá longa existência, ei-la agora, depois de refundida em 1951, florescente e atuante, por via da ação de intelectuais da estirpe de Dolor Barreira, Mário Linhares, Raimundo Girão, Andrade Furtado, Renato Braga, Martins Filho e Eduardo Campos, seguidos à risca pelo talento e a operosidade de Cláudio Martins, nosso atual e querido Presidente. Sua rica Revista, circulando com as dificuldades comuns a empreendimentos desse jaez, atende todavia à necessidade de quantos persistem em cultuar as belas letras em terra de recursos financeiros limitados. Honra, pois, seja tributada ao egrégio Areópago provinciano, o primeiro cronologicamente falando, dentre quantos, no gênero, funcionam no Brasil, anterior à própria Academia Brasileira de

Letras, como bem disse Manoel Albano Amora em alentado volume que dedicou à história de nosso sodalício.

Ao seu lado, nos primeiros decênios da atual centúria, outros movimentos surgiram, desenvolveram-se e muitos feneceram, deixando, entretanto, algo de positivo nas atividades culturais de nossa terra. Citem-se dois, felizmente em plena operosidade, quais sejam a Casa de Juvenal Galeno, fundada por Henriqueta e depois dirigida por Nenzinha, sua sobrinha e neta do grande poeta cearense; assim como o Grupo Clã, já velho de quase cinco décadas porém atuante e vigoroso, como o atesta a circulação do nº 29 de sua apreciada revista.

Mas enfatizemos o que ocorreu no fim da centúria passada, marcado por intensa atividade intelectual no Ceará. Entidades culturais e revistas e jornais literários se sucediam surpreendentemente, a começar do periódico **Estrela**, redatoriado por Antônio Bezerra e José de Barcelos, entre 1857 e 1859.

Depois surgiu a **Academia Francesa do Ceará**, com atuação que abarcou os anos de 1870 a 1875, nela militando Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Rocha Lima e o Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, filho do senador do mesmo nome. **A Fraternidade** foi seu órgão oficial e deduz-se logo, de sua denominação, uma conotação tipicamente maçônica do grupo, na época em que a Igreja enfrentava a chamada Questão Religiosa, de desastrosas conseqüências para a Monarquia.

Sucederia à **Academia Francesa o Gabinete Cearense de Leituras**, até que, no início da década de 80, o Ceará todo se deixou envolver pela campanha em favor da libertação dos escravos. Circulou, então, o **LIBERTADOR**, jornal que, além de sua precípua finalidade, expressa na própria designação, abrigou a produção intelectual de quantos militavam no nobilitante movimento.

Libertos os escravos no Ceará, na grande data de 25 de março de 1884, puderam os intelectuais dedicar maior espaço de tempo a sua vocação de escritores, fundando em 1886 o **Clube Literário** e publicando a sua revista **A Quinzena**, há pouco tempo reeditada pela **Academia Cearense de Letras**. Nesse movimento latutaram Farias Brito, Oliveira Paiva, Juvenal Galeno, Antônio Bezerra, José de Barcelos e outros. O expressivo resultado de seu trabalho fez com que o Barão de Studart, sempre comedido em seus julgamentos e registros históricos, considerasse a atividade literária daquela época como sendo o Renascimento Literário Cearense.

Intelectuais outros, mais jovens e atrevidos, liderados pelo poeta Antônio Sales, fizeram funcionar, de 1892 a 1898, a famosa **Padaria Espiritual**, cujo órgão, **O Pão**, circulou durante razoável espaço de tempo. Pela mesma época organizado foi o **Centro Literário**, tendo como órgão a revista **Iracema**.

Caberia ao Barão de Studart fundar, com mais onze intelectuais conterrâneos, dentre os quais vale destacar Paulino Nogueira Borges da Fonseca, o **Instituto do Ceará**, em 1887, que se incumbiu de estudar a história, a geografia e a antropologia cearense, divulgando suas pesquisas na Revista especializada da entidade, que circula com regularidade desde aquele ano de 1887.

Outros intelectuais conterrâneos, pertencentes ou não a uma ou mais entidade culturais da terra, ainda atendendo à inspiração do Barão de Studart e sob a liderança do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, seu primeiro presidente, fundaram a 15 de agosto de 1894 a **Academia Cearense**, cuja ata de fundação se acha transcrita no 1º tomo de sua Revista, ano de 1896, pág. VII.

Ainda naquele ano de 1894 foi organizado o **Centro Literário**, e cinco anos depois a **Iracema Literária**, que publicou o periódico **Praça de Ferreira**.

Outros movimentos e outras publicações ocorreriam posteriormente à fundação da **Academia Cearense**, numa seqüência sem fim. Mas o aspecto que interessa no momento é o da fundação da **Academia Cearense** três anos antes da época em que foi instituída a **Academia Brasileira** por Machado de Assis.

No decorrer das comemorações dos noventa e sete anos da **Academia Cearense de Letras** parece necessário aflorar aspecto importante de sua já longa existência. Refiro-me ao indiscutível e honroso título que ostenta de a mais antiga de todas as congêneres do país.

A 15 de agosto de 1894, na sede da **Fênix Caixiral**, então abrigada no sobradão da esquina sudoeste das ruas Floriano Peixoto e São Paulo, foi fundada a **Academia Cearense**. Além da divulgação da ata dessa histórica reunião, de cuja autenticidade seria impossível duvidar, transcrita que foi no primeiro tomo de sua Revista, publicado em 1896, outros órgãos da imprensa local deram realce aos festejos comemorativos de seu primeiro aniversário. Tenho à vista, por exemplo, o nº 6 do periódico **Iracema**, do **Centro Literário**, datado de 1º de setembro de 1895, em cuja página 8 se lê a notícia das comemorações de seu primeiro aniversário.

É bem verdade que a **Academia Cearense**, organizada em 1894 com vinte e sete sócios fundadores e com sua Revista sendo publicada em 1896 a 1914, sofreu a partir deste último ano um hiato em suas atividades. Muitos dos sócios haviam falecido e outros se deslocaram para paragens diversas. Em 1922, porém, foi ela revitalizada por iniciativa de Leonardo Mota e sob o patrocínio de Justiniano de Serpa, Presidente do Estado, como se intitulava o Chefe do Executivo. Então a entidade adotou a denominação de **Academia Cearense de Letras**, tal como fez a **Academia Brasileira**, que passou a denominar-se **Academia Brasileira de Letras** sem que isso significasse a sua descontinuidade nem o abandono de seu plano inicial de incentivar as letras e a ciência.

Seria, porém, breve no novo período de atividade da **Academia Cearense**. Por isso em 1930 outro Presidente do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, a reorganizaria, voltando a circular sua Revista de 1937 a 1941.

Novo arrefecimento em suas atividades fez com que em 1953 Dolor Barreira a reestruturasse definitivamente, voltando a circular sua Revista em 1953 e 1954, 1956, 1959 a 1962, 1963 a 1964, 1965, 1971, 1975 a 1984 e 1985/86. Tem sido este quarto período a fase áurea de sua vida. Todavia, aqueles pequenos hiatos em suas atividades jamis poderiam significar uma descaracterização do mesmo organismo cultural que, através de noventa e sete anos, sempre manteve sua denominação, seu programa e sua **Revista**, cuja numeração não sofreu solução de continuidade. O tomo de 1953 tomou o nº 25, numa demonstração patente de que a **Revista** era a mesma e o mesmo era o órgão responsável por sua publicação.